



Eventos pagam manutenção dos estádios



Todos os estádios do Euro 2004 que pertencem às autarquias recebem ocasionalmente outros eventos: iniciativas comerciais, encontros desportivos de outras modalidades, feiras, festas ou concertos (por Coimbra já passaram espetáculos de Rolling Stones, U2 e Madonna). E são esses

eventos que ajudam a pagar as contas. Em Aveiro (foto), "permitem pagar o integralmente os custos da manutenção ordinária (360 mil euros/ano)", explica Pedro Ferreira, vereador da CM Aveiro. Em Leiria valeram 791 mil euros, em 2012. E no Algarve rendem em média 175 mil euros/ano.

Nova Lei das Finanças Locais 'ajusta' municípios e divide autarcas

Acordo. A nova legislação reforça os poderes de fiscalização das assembleias municipais e cria uma nova assembleia intermunicipal. Mas as receitas das autarquias vão ter cortes, no IMI, no IMT e no Fundo de Equilíbrio Financeiro

MIGUEL MARUIO

A 22 de agosto, o Presidente da República promulgou a Lei das Finanças Locais, que os municípios e freguesias tinham começado por rejeitar e depois acordaram com o Governo. Mas a sua assinatura, a 18 de julho, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), abriu uma guerra entre autarcas com as eleições de 29 de setembro como pano de fundo.

O Governo rubricou o que diz ser "um dos pilares essenciais da reforma da Administração Local", como defendeu o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro sublinhou que, com esta nova versão da lei, "o esforço do consenso" trouxe "ganhos de legitimidade política, melhora as condições da sua implementação e beneficia o equilíbrio nas soluções".

Mas as soluções encontradas esbarram numa avaliação distinta entre os autarcas. Os socialistas foram demolidores na leitura do acordo: "Queremos manifestar a nossa discordância e indignação pelo facto de a ANMP ter assinado um acordo que procura viabilizar uma lei das finanças locais que é indiscutivelmente, a pior lei de finanças locais desde o 25 de Abril", sentenciou o vice-presidente da associação e líder dos autarcas do PS, Rui Solheiro.

O entendimento foi também contestado pelo Conselho Geral da associação, com o seu presidente, Mário de Almeida (também socialista), a notar que "o momento da aprovação desse acordo não foi o ideal e, provavelmente, por isso, não permitiu" aos autarcas atingirem "os objetivos que a ANMP perseguia". Fernando Ruas, o presidente do Conselho Diretivo da associação de municípios (e social-democrata), replicou que o acordo foi assinado "com todos os elementos de todos os partidos e todos deram o aval".

O aval está dado, a lei aprovada e Cavaco Silva despachou-a para *Diário da República*. Nela são reforçados os poderes de fiscalização das assembleias municipais e cria-se uma nova assembleia intermunicipal, que garantirá a fiscalização e acompanhamento das comunidades intermunicipais.

As autarquias vão sofrer cortes nas suas receitas com este acordo assinado pela ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, pelo ministro adjunto, Poiars Maduro, e pelo presidente da ANMP, Fernando Ruas. À cabeça, com o fim do Imposto Municipal de Transmissões (IMT), que foi



Fernando Ruas, à direita, assinou a nova Lei das Finanças Locais que está a ser contestada por autarcas socialistas

prorrogado até 2017, mas que vai registando reduções sucessivas até lá ("em 2016, as taxas de IMT são reduzidas para 2/3; em 2017, para 1/3; e em 2018 extingue-se totalmente o IMT", lê-se no acordo).

No caso do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), as freguesias ganham "a totalidade do IMI rústico", quando era de 50% até aqui, e "1% do IMI urbano". Mais: as estimativas das reavaliações do IMI foram reduzidas para metade pelo próprio Governo (356 milhões de euros, quando foram inicialmente apontados valores de 700 milhões de euros).

Argumentam os autarcas socialistas que estes números "obrigam os municípios a ter taxas máximas" do IMI. Um aumento da carga fiscal dos portugueses, por via municipal, "de uma forma dramática", acusou Rui Solheiro. Em todo o caso, Governo e ANMP comprometeram-se a monitorizar o impacto das variações das receitas das autarquias.

Mas também há mexidas na participação dos municípios no Fundo de Equilíbrio Financeiro, agora fixada em 19,5% "da média aritmética dos impostos IRS, IRC e IVA" (o Governo começou por avançar com 18,5%, mas a taxa era de 25,3%). É fazer as contas.

Autarcas vão sofrer cortes nas suas receitas com a nova legislação